## Deputado Luis Miranda não entrega passaporte e entra com recurso no DF

Deputado falou com exclusividade ao Gazeta News e explicou o motivo de não entregar o documento

Deputado Federal Luis Miranda (DEM-DF) tinha até o dia 22 de agosto para entregar o passaporte após determinação da Justiça do Distrito Federal na semana passada. Com exclusividade ao Gazeta News, o deputado disse que não pretende entregar o documento e explicou por que recorreu da decisão.

"Foi um erro grotesco do juiz, uma vez que somente o Supremo Tribunal Federal pode reter um passaporte diplomático", ressaltou.

O relator do caso no Tribunal de Justiça do DF, desembargador Josaphá Francisco dos Santos, tinha dado 48 horas para a apreensão do passaporte do deputado como resultado de um processo referente a uma clínica de estética iniciado em 2011, no qual ele era sócio.

Como cabe recurso, o deputado, natural de Brasília (DF) e eleito em 2018, disse que pretende processar o juiz pela ação e a autora do processo, porque, segundo ele, foi acionado depois que ele saiu da sociedade da empresa.

Em 2011, Miranda era sócio da clínica de estética Seven Seven, em Brasília, e foi processado



Deputado Federal Luis Miranda (DEM-DF) é acusado em processo de 2011.

por uma paciente que fez uma depilação a laser, mas que saiu com várias queimaduras no corpo.

Por causa disso, Luis Miranda foi condenado a pagar uma indenização por danos morais, materiais e estéticos. Ele recorreu, mas a decisão final saiu em 2013. O pagamento ainda não foi feito e a dívida, hoje, está estimada em quase R\$ 90 mil.

Na quinta-feira, 22, um despacho da Justiça do Distrito Federal sinalizou que o deputado estaria cometendo o crime de "desobediência" por se recusar a cumprir uma ordem judicial.

## Governadores pedem R\$ 1 bi da Petrobras para combater incêndios na Amazônia

Os governadores dos estados que compõe a região amazônica defenderam na quarta-feira, 28, em reunião com representantes do Judiciário e do Legislativo em Brasília, a destinação de R\$ 1 bilhão do fundo bilionário da Petrobras – de R\$ 2,5 bilhões – para o combate às queimadas na Amazônia.

Participaram do encontro no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes, o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), o governador de Roraima, Antônio Denarium (PSL), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Após a reunião, Waldez Góes, que representou os demais governadores, afirmou que do total de R\$ 1 bilhão, R\$ 400 milhões seriam destinados diretamente aos nove estados que compõe a Amazônia Legal, R\$ 200 milhões iriam para o Ministério do Meio Ambiente e R\$ 400 milhões seriam para o governo federal aplicar em atividades da Amazônia. Fonte: G1.

## Brasil confirma facilitar deportação de brasileiros após pressão dos EUA

Sob pressão do governo de Donald Trump, o Brasil decidiu facilitar a deportação de brasileiros indocumentados, pedindo às companhias aéreas americanas que transportem deportados mesmo quando estes não estiverem com passaportes válidos, disseram três fontes do governo brasileiro. As informações foram obtidas e divulgadas pela

Reuters na segunda-feira, 26.

Em junho, a Polícia Federal enviou às companhias aéreas um memorando permitindo que elas transportem brasileiros sob ordem de deportação com apenas um certificado de nacionalidade emitido por um consulado se não tivessem um passaporte válido – documento antes necessário para viajar para

o Brasil, disseram as fontes.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil confirmou que os certificados de nacionalidade são emitidos por seus consulados nos Estados Unidos quando deportados detidos esgotaram seu processo de apelação e não têm passaporte. Os passaportes brasileiros são emitidos apenas para os nacionais que se candidatam a eles.

Sem detalhar, as autoridades, que pediram anonimato porque não estavam autorizadas a falar publicamente sobre o assunto, disseram à Reuters que o Brasil está sob crescente pressão da administração Trump para facilitar a deportação de seus cidadãos sob risco de sanções.



Bolsonaro e Trump na Casa Branca.

